



OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

PLANO DE CAPITAL

Versão Ano-base 2025

Documento institucional destinado ao público em geral

Este documento apresenta, em linguagem didática e institucional, como a OZ Câmbio estrutura o planejamento, o monitoramento e a preservação de níveis adequados de capital, em linha com seu porte, com seu modelo de negócios, com seu perfil de riscos e com os referenciais prudenciais aplicáveis.

Sumário

1. Apresentação institucional.....	3
2. O que é o Plano de Capital e por que ele importa.....	3
3. Modelo de negócios e sua relação com o capital.....	3
4. Fundamentos prudenciais e diretrizes gerais.....	4
5. Governança do capital.....	4
6. Estrutura de capital e visão patrimonial.....	5
7. Riscos relevantes para fins de capital.....	6
8. Avaliação da adequação do capital.....	6
9. Visão prospectiva e estratégia de capital.....	7
10. Monitoramento, indicadores e sinais de atenção.....	7
11. Plano de contingência de capital.....	7
12. Integração com riscos, controles internos e Pilar 3.....	8
13. Compromisso institucional e disposições finais.....	8

1. Apresentação institucional

A OZ Corretora de Câmbio S.A. mantém Plano de Capital como parte de sua estrutura de governança prudencial. Em sua dimensão pública, este documento tem a finalidade de explicar, de forma clara e acessível, como a instituição organiza o tema capital, quais princípios orientam sua atuação e por que a manutenção de níveis adequados de capital é essencial para a continuidade, a segurança e a solidez de suas atividades.

Esta versão pública não substitui os instrumentos internos de natureza operacional, gerencial e prudencial. Seu propósito é oferecer ao visitante do website uma visão robusta e institucional do tema, sem expor detalhes sensíveis de parametrização, projeções reservadas, gatilhos internos, bases confidenciais ou informações estratégicas que devam permanecer no ambiente de governança e de gestão da instituição.

O Plano de Capital não é um documento meramente formal. Ele representa a forma pela qual a OZ procura assegurar que sua base patrimonial permaneça compatível com o modelo de negócios, com a natureza dos riscos assumidos, com a dinâmica regulatória e com eventuais mudanças de cenário. Em síntese, trata-se de um instrumento de prudência, resiliência e disciplina institucional.

2. O que é o Plano de Capital e por que ele importa

Em termos simples, o Plano de Capital é o documento que organiza a forma como a instituição avalia a suficiência de seu capital atual e futuro. O objetivo é verificar se a estrutura patrimonial disponível é adequada para sustentar as atividades desenvolvidas, absorver riscos relevantes, suportar oscilações de mercado e enfrentar situações adversas sem comprometer a continuidade operacional.

Para o público em geral, o tema pode parecer excessivamente técnico. No entanto, sua lógica é bastante concreta: instituições financeiras e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil precisam demonstrar que possuem condições patrimoniais compatíveis com o risco de suas operações. Essa avaliação não se limita ao presente. Ela também considera a evolução do negócio, possíveis mudanças regulatórias, cenários de estresse e medidas de resposta em caso de deterioração.

Por isso, o Plano de Capital tem importância estratégica. Ele conecta governança, risco, patrimônio, crescimento e prudência. Em vez de tratar capital apenas como dado contábil estático, a instituição o observa como elemento vivo de sustentação do negócio.

3. Modelo de negócios e sua relação com o capital

A compreensão do capital começa pelo entendimento do modelo de negócios da própria instituição. A OZ Câmbio atua no mercado de câmbio de forma compatível com seu objeto social e com a regulamentação vigente, com predominância de operações típicas

de sua atividade, baixa complexidade estrutural quando comparada a instituições bancárias tradicionais e foco em operações de natureza mais concentrada e delimitada.

Essa característica influencia diretamente o perfil de capital. Uma instituição que não mantém carteira bancária tradicional, não realiza captação de depósitos à vista e não opera com estruturas complexas de crédito de longo prazo, por exemplo, tende a apresentar necessidades prudenciais distintas daquelas exigidas de bancos universais ou conglomerados mais sofisticados. Isso não elimina a necessidade de gestão de capital; ao contrário, exige que essa gestão seja coerente com o porte, com a natureza do negócio e com a materialidade dos riscos efetivamente assumidos.

Em linguagem pública, isso significa que a OZ estrutura seu Plano de Capital de forma proporcional. O documento não reproduz uma arquitetura típica de grandes conglomerados bancários, mas também não reduz o tema a formalidade simplificada. O foco está em manter adequação patrimonial compatível com o negócio real da instituição.

4. Fundamentos prudenciais e diretrizes gerais

O tema capital, no ambiente prudencial brasileiro, está inserido em um arcabouço regulatório amplo, que trata de gerenciamento de riscos, capital, divulgação de informações e requisitos quantitativos mínimos. A base normativa historicamente associada a esse tema inclui a Resolução nº 4.557, de 2017, além de normas posteriores do Banco Central do Brasil que detalham a aplicação proporcional da regulação prudencial, a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência e outros componentes correlatos.

Na versão pública, a mensagem institucional principal é a seguinte: a OZ observa o conjunto de normas prudenciais aplicáveis à sua realidade regulatória, ao seu enquadramento e à sua estrutura operacional. Isso significa que o Plano de Capital não é elaborado isoladamente, mas em conexão com a evolução do ambiente normativo e com as regras que disciplinam o gerenciamento de riscos e de capital das instituições autorizadas.

Além do fundamento normativo, o Plano é guiado por princípios como prudência, proporcionalidade, rastreabilidade, integração entre risco e capital, revisão periódica, postura conservadora em situações de dúvida relevante e capacidade de resposta a cenários adversos. Esses princípios ajudam a transformar a exigência regulatória em prática gerencial coerente e auditável.

5. Governança do capital

A governança do capital na OZ Câmbio está estruturada de modo a assegurar que o tema seja acompanhado em nível adequado de administração. A Diretoria possui papel

central na aprovação do Plano, na revisão de suas premissas, no acompanhamento dos indicadores relevantes e na deliberação sobre medidas preventivas ou corretivas quando necessário.

Essa governança não se resume à aprovação formal do documento. Ela envolve acompanhamento periódico da adequação do capital, leitura crítica das mudanças no perfil de risco, análise de cenários prospectivos, avaliação de impactos de crescimento ou retração do negócio e capacidade decisória em situações excepcionais.

Do ponto de vista do público, é importante destacar que a gestão de capital não é delegada a um exercício meramente contábil ou automático. Trata-se de matéria de administração, conectada ao apetite de risco, ao planejamento e à continuidade do negócio. Em outras palavras, o capital é tratado como assunto estratégico de governança.

5.1 Síntese pública da governança

Instância	Responsabilidade principal	Função institucional
Diretoria	Aprovar o plano e revisar suas premissas	Assegurar supervisão estratégica do capital
Áreas de risco e controles	Apoiar leitura integrada dos riscos relevantes	Conectar risco e capital de forma coerente
Áreas contábil e financeira	Produzir bases patrimoniais e indicadores	Sustentar a leitura quantitativa e gerencial
Governança e auditoria	Avaliar consistência e aderência do processo	Fortalecer rastreabilidade e melhoria contínua

6. Estrutura de capital e visão patrimonial

A estrutura de capital da instituição pode ser compreendida, em termos públicos, como a base patrimonial disponível para suportar suas atividades e seus riscos. Em ambiente prudencial, essa análise normalmente envolve o conceito de Patrimônio de Referência e o acompanhamento de indicadores regulatórios mínimos, sem prejuízo de leituras gerenciais adicionais que ajudem a instituição a antecipar riscos de deterioração ou insuficiência.

Mais do que observar um único número, a OZ procura interpretar o capital de maneira conectada à sua estrutura patrimonial, ao comportamento do negócio, ao resultado acumulado, às políticas de retenção ou distribuição e ao eventual impacto de eventos extraordinários. Essa visão é importante porque o capital adequado não é apenas aquele que atende ao mínimo regulatório em um instante, mas aquele que se mostra sustentável diante de cenários prospectivos plausíveis.

A apresentação pública do tema deve ser cuidadosa. Ela precisa ser suficientemente clara para transmitir solidez e prudência, mas sem expor informações sensíveis de natureza estratégica ou competitiva. Por essa razão, esta versão pública privilegia a

explicação conceitual e institucional da estrutura de capital, deixando para os documentos internos e para os relatórios prudenciais específicos a exposição detalhada de bases quantitativas e fórmulas.

7. Riscos relevantes para fins de capital

O capital de uma instituição só pode ser adequadamente planejado quando se conhece, com suficiente clareza, quais riscos são relevantes para o negócio. No caso da OZ, a análise de capital é integrada ao entendimento dos riscos inerentes ao seu modelo de atuação, inclusive risco de crédito residual, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e outros riscos cuja materialidade deva ser considerada sob a ótica prudencial.

Em ambiente de governança, o ponto central não é listar riscos de forma abstrata, mas avaliar quais deles efetivamente demandam capital ou disciplina patrimonial adicional. Há riscos que, embora presentes em tese, possuem materialidade reduzida em razão do desenho operacional da instituição. Há outros que, pela natureza do negócio, merecem atenção maior. O Plano de Capital deve refletir essa leitura com coerência e proporcionalidade.

Para o público externo, vale registrar que a OZ procura alinhar sua visão de riscos ao seu próprio modelo de negócios. Isso evita tanto a superestimação artificial de exposições quanto a minimização imprudente de fatores relevantes. Em síntese, risco e capital são observados de forma integrada.

8. Avaliação da adequação do capital

A avaliação da adequação do capital é o núcleo lógico do Plano. Em linguagem simples, significa responder à seguinte pergunta: o capital disponível hoje e no horizonte prospectivo considerado é suficiente para suportar o perfil de risco da instituição e a continuidade segura de suas atividades?

A resposta a essa pergunta não depende apenas de fotografia patrimonial estática. Ela exige leitura integrada de riscos, controles mitigadores, comportamento histórico, projeções de negócio, mudanças de cenário e capacidade de reação da administração. É por isso que a avaliação da adequação do capital possui dimensão qualitativa e quantitativa, ainda que a ênfase varie conforme o porte e a complexidade da instituição.

Na prática, a OZ considera o perfil atual de suas operações, os mecanismos de mitigação existentes, a inexistência de estruturas excessivamente complexas, o horizonte prospectivo do planejamento e a necessidade de manter margens prudenciais compatíveis com seu enquadramento regulatório. O resultado dessa leitura orienta a conclusão de suficiência ou a necessidade de medidas de reforço, contenção ou recalibração.

9. Visão prospectiva e estratégia de capital

O Plano de Capital não se limita a registrar a situação presente. Ele também incorpora visão prospectiva. Isso significa avaliar o que pode ocorrer ao longo do horizonte de planejamento, inclusive em cenário de manutenção do negócio, crescimento moderado, mudança operacional relevante, deterioração de resultados, aumento de exigências prudenciais ou eventos externos capazes de pressionar a estrutura patrimonial.

No caso da OZ, a estratégia de capital está associada à prudência. Em uma leitura institucional, isso envolve manutenção de níveis de capital acima dos referenciais mínimos aplicáveis, atenção à velocidade de crescimento, disciplina em relação à distribuição de resultados, avaliação de reforço patrimonial quando necessário e capacidade de resposta a situações excepcionais.

Essa visão prospectiva é importante porque um plano de capital genuinamente prudencial não apenas constata que a instituição está adequada hoje; ele procura evitar que a adequação se deteriore amanhã por falta de antecipação. Esse é um dos principais sinais de maturidade de governança.

10. Monitoramento, indicadores e sinais de atenção

O capital deve ser acompanhado de forma contínua. A simples elaboração anual do Plano não substitui a necessidade de monitoramento periódico. Por isso, a OZ observa indicadores patrimoniais e prudenciais relevantes, integra sua leitura com o comportamento dos riscos e mantém a matéria sob acompanhamento gerencial.

Em linguagem pública, isso significa que a instituição não espera o encerramento do exercício para perceber eventual deterioração. Tendências de redução de margem, mudanças relevantes no perfil operacional, crescimento incompatível com a base patrimonial, alterações regulatórias e outros sinais de atenção devem ser identificados com tempestividade.

O valor do monitoramento está justamente em permitir ação antes do problema se materializar de forma mais severa. Quando a instituição acompanha indicadores, ela aumenta sua capacidade de resposta. Esse é um componente central da boa governança prudencial.

11. Plano de contingência de capital

Todo Plano de Capital maduro precisa contemplar contingências. Em outras palavras, a instituição deve refletir sobre o que faria caso seu capital fosse pressionado por eventos excepcionais, deterioração de indicadores, mudança de cenário regulatório, perda relevante, expansão acima do previsto ou outro fator capaz de reduzir sua margem prudencial.

Entre as medidas em tese disponíveis estão o reforço de capital pelos acionistas, a revisão do ritmo de crescimento, a contenção temporária de determinadas atividades, o ajuste na política de distribuição de resultados e outras providências compatíveis com a gravidade do cenário. O importante, do ponto de vista institucional, é que essas alternativas existam de maneira previamente concebida e não sejam tratadas apenas de forma improvisada no momento da crise.

A existência de um plano de contingência não significa expectativa de problema iminente. Significa prudência. Instituições sólidas preparam respostas antes que elas sejam necessárias. Esse é o racional que orienta a OZ ao tratar capital de forma prospectiva e responsável.

12. Integração com riscos, controles internos e Pilar 3

O Plano de Capital não funciona isoladamente. Ele se integra ao conjunto de políticas e instrumentos de governança da instituição, inclusive Manual de Procedimentos e Controles Internos, políticas de gerenciamento de riscos, declaração de apetite a risco, avaliação interna de risco e documentos de divulgação prudencial, como o Pilar 3, quando aplicável.

Essa integração é importante porque o capital não pode ser corretamente avaliado se estiver desconectado da leitura de riscos e dos controles internos. Do mesmo modo, a divulgação externa de informações prudenciais só faz sentido quando encontra coerência com os mecanismos internos de monitoramento, avaliação e decisão.

Para o público externo, essa articulação demonstra que a OZ não trata capital como documento isolado, mas como parte de arquitetura mais ampla de controles. O tema capital dialoga com risco, com governança, com transparência e com continuidade do negócio.

13. Compromisso institucional e disposições finais

Ao disponibilizar esta versão pública do Plano de Capital, a OZ Corretora de Câmbio reafirma seu compromisso com prudência, governança, integridade patrimonial e responsabilidade institucional. O documento não pretende substituir relatórios prudenciais específicos nem os instrumentos internos de gestão, mas oferecer ao público uma visão clara e robusta da forma como a instituição organiza o tema capital.

A versão pública procura equilibrar didática, proteção jurídica e coerência institucional. Ela explica por que o capital importa, como o tema se conecta ao modelo de negócios, quais princípios orientam a atuação da instituição e como a governança se estrutura para acompanhar a adequação patrimonial ao longo do tempo.

Sempre que necessário, este documento poderá ser atualizado para refletir mudanças regulatórias, evoluções do ambiente prudencial, alterações no modelo de negócios ou aperfeiçoamentos da governança interna. Até lá, permanece como referência pública do compromisso da OZ com gestão de capital séria, proporcional e alinhada às melhores práticas prudenciais aplicáveis.

OZ Corretora de Câmbio S.A.

Tel: +55 (11) 3113-2700

SAC: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Canal de Denúncia: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Ouvidoria:

https://risc.advicetech.com.br/Ouvidoria_front/paginas/default.aspx?CD_CHAVE=9D020B59-E97D-4CB7-A8B7-8824C87196C6